

PGJ questiona TJ contra criação de 105 cargos na Câmara

Ministério Público alega que funções são técnicas e exigem concurso público

Rafael Lima/Correio da Manhã

Por Moara Semeghini

O Ministério Público de São Paulo (MPSP), por meio da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para derrubar as normas que criaram 105 cargos comissionados na Câmara de Vereadores de Campinas. O relator do processo, desembargador Álvaro Torres Júnior, já determinou a requisição de informações oficiais ao prefeito Dário Saadi e ao presidente da Câmara.

Na petição, o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, sustenta que a Resolução nº 1.038/2025 (da Câmara) e a Lei Complementar nº 573/2025 (do município) violam as Constituições Federal e Estadual. Segundo o MP, os novos postos, que incluem 99 assessores de políticas públicas para gabinetes, cinco assessores de comissão e um subsecretário de apoio, possuem atribuições eminentemente técnicas, burocráticas e administrativas, como gerenciamento de agendas e elaboração de notas técnicas.

Para a chefia do MPSP, cargos de livre nomeação devem ser limitados estritamente a funções de chefia, direção e assessoramen-



Procuradoria entra com ação no Tribunal de Justiça contra 105 novos cargos comissionados

to político superior, que exijam especial relação de confiança. Fora disso, as vagas devem ser preenchidas obrigatoriamente por meio de concurso público. Antes da aprovação das novas regras, o Legislativo campineiro já contava com 174 cargos em comissão.

Na petição, o MP detalha que as funções descritas para as vagas, como a gestão de agendas e a redação de notas técnicas, são administrativas e rotineiras, desrespeitando o Tema 1.010 do Su-

premo Tribunal Federal.

Câmara defende legalidade

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Câmara Municipal de Campinas informou que a Adin proposta pelo Ministério Público não pede liminar para a suspensão imediata dos cargos e tampouco questiona a quantidade de vagas criadas.

O Legislativo ressaltou que a reforma administrativa foi amplamente respaldada por um

estudo técnico elaborado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à USP. O levantamento apontou que Campinas possui uma média de servidores comissionados por vereador significativamente menor do que outros municípios paulistas de mesmo porte.

De acordo com os dados apresentados pela Casa, enquanto Osasco possui em média 10,57 comissionados por parlamentar, São Bernardo do Campo tem 9,1 e Santo André registra 8,29,

Campinas contava com apenas 5,24 assessores por gabinete antes da reestruturação.

A assessoria lembrou ainda que a estrutura dos gabinetes já foi defendida com sucesso em uma ação anterior. Na ocasião, o presidente do TJ-SP, desembargador Francisco Loureiro, acatou os argumentos da Câmara e suspendeu uma liminar de primeira instância, reconhecendo que a limitação abrupta do pessoal técnico comprometeria as atividades essenciais de fiscalização, atendimento à população e elaboração de leis.

Por fim, a Mesa Diretora da Câmara Municipal garantiu que irá providenciar todas as informações necessárias dentro do prazo legal e reforçou que permanece à inteira disposição da Justiça e do Ministério Público para esclarecer a regularidade das normas.

Prefeitura

A Prefeitura disse, em nota, que integra o processo em decorrência da sanção da lei, etapa que faz parte do trâmite regular após sua aprovação pelo Legislativo.

A Administração informou também que as informações requisitadas pelo Ministério Público serão encaminhadas dentro do prazo legal.

Novo Poupatempo será inaugurado este ano

Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

Campinas terá uma segunda unidade do Poupatempo a partir de novembro de 2026. O novo posto será instalado no Palácio da Cidade, na região central, conforme anúncio feito pela Prefeitura nesta quarta-feira (10).

A unidade é resultado de uma parceria entre a administração municipal e o Governo do Estado de São Paulo. O atendimento será ampliado sem afetar o funcionamento do Poupatempo já existente no Campinas Shopping, que continuará operando normalmente.

Com a nova estrutura, a cidade passará a contar com dois postos do programa, aumentando a oferta de serviços públicos para a população. Durante o anúncio, o prefeito Dário Saadi afirmou que a iniciativa contribui para a ampliação do atendimento e para o fortalecimento da região central do município.

“A chegada de uma nova unidade do Poupatempo ao Palácio da Cidade representa um avanço importante para Campinas. Além

de ampliar a oferta de serviços à população, a iniciativa reforça o processo de valorização da região central e demonstra a força da parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado em benefício dos cidadãos”, afirmou.

A cerimônia contou ainda com a presença da coordenadora regional do Poupatempo, Cathi Cariolatto Yaly, além de outras autoridades municipais.

Estrutura e atendimento

A unidade será instalada no térreo do Palácio da Cidade e contará com nove pontos de atendimento e uma sala médica. A previsão é de aproximadamente 360 atendimentos por dia, totalizando cerca de 7,9 mil atendimentos por mês.

A expectativa é que entre 10 mil e 12 mil pessoas circulem mensalmente pelo local, considerando usuários e acompanhantes.

Entre os principais serviços oferecidos estarão a emissão da Carteira de Identidade Nacional

(CIN), segunda via e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), consulta de débitos de veículos, atestado de antecedentes e outros.

Acesso

Para o secretário municipal de Trabalho e Renda, Paulo Sérgio de Andrade, a nova unidade contribuirá para facilitar o acesso da população aos serviços públicos e ampliar as opções de atendimento disponíveis na cidade. “Estamos aproximando serviços essenciais da população em um local de fácil acesso e já conhecido pelos moradores. A nova unidade amplia as opções de atendimento na cidade e oferece mais comodidade para quem precisa resolver demandas do dia a dia com agilidade e qualidade”, destacou.

Criação

O programa Poupatempo foi criado no Estado de São Paulo em 1997, durante a gestão do governador Mário Covas.



Nova unidade do Poupatempo será no Palácio da Cidade